



Estado de Alagoas
Assembleia Legislativa Estadual
Gabinete do Deputado Davi Maia

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº _____/2019

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 1733/2019
Data: 25/07/2019 - Horário: 09:59
Legislativo

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SELO ENTIDADE PROTETORA DOS ANIMAIS E REGULAMENTA O CADASTRO ESTADUAL DAS ENTIDADES QUE ATUEM NA DEFESA E PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NO ESTADO DE ALAGOAS.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS decreta:

Art. 1º. Fica instituído o “Selo Entidade Protetora dos Animais” para contemplar, de forma meritória e periódica, as entidades não governamentais, sem fins lucrativos, que atuem com seriedade e transparência na defesa e proteção dos animais no Estado de Alagoas.

Art. 2º. O “Selo Entidade Protetora dos Animais” será concedido pela Comissão de Meio Ambiente e Proteção dos Animais da Assembleia Legislativa de Alagoas, em reconhecimento público às ações de responsabilidade social desenvolvidas por entidades que possuam iniciativas que contribuam para a defesa, saúde e melhoria da qualidade de vida dos animais no Estado de Alagoas.

Art. 3º. O recebimento do “Selo Entidade Protetora dos Animais” fica condicionado ao reconhecimento, por parte da Comissão de Meio Ambiente e Proteção dos Animais, de que a entidade interessada possui ação destacada, no Estado de Alagoas, na promoção da defesa e proteção dos animais contra maus-tratos, bem como comprovar que investe na disponibilização de saúde e alimentação para os animais necessitados.

§1º A entidade interessada deverá enviar relatório comprobatório das atividades desenvolvidas em benefício dos animais necessitados, colocando-se à disposição para receber fiscalizações periódicas dos membros da Comissão do Meio Ambiente e Proteção dos Animais.

§2º O relatório comprobatório das atividades desenvolvidas pela entidade deverá conter, no mínimo, os seguintes documentos:

- I – comprovante de regularidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- II – cópia da ata de fundação da entidade e demais documentos;
- III – estatuto social, devidamente registrado em cartório;
- IV - comprovante do endereço da sede da entidade;
- V – prestação de contas semestral aprovada pela direção da entidade;
- VI – documentos pessoais dos membros da diretoria (CPF, RG e Comprovante de Residência);
- VII – relatório fotográfico da sede da entidade;
- VIII – carta de motivação das razões pelas quais a entidade entende ser merecedora do selo;

§3º A documentação será analisada pela Comissão de Meio Ambiente e Proteção dos Animais, que decidirá, por meio de parecer conclusivo, quais entidades serão merecedoras do “Selo Entidade Protetora dos Animais”.



VII – todos os demais casos serão apreciados e valorados pelos membros da Comissão de Meio Ambiente e Proteção dos Animais;

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS, em
Maceió, _____ de _____ de 2019.

D. D. de H. e. Centro Macció/Al - CEP: 57020-900 / Tel: (82) 3028-0208



Estado de Alagoas
Assembleia Legislativa Estadual
Gabinete do Deputado Davi Maia

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Resolução visa a criação do “Selo Entidade Protetora dos Animais” a ser concedido pela Comissão de Meio Ambiente e Proteção dos Animais da Assembleia Legislativa de Alagoas, por meio do qual esta comissão concederá reconhecimento público às ações de responsabilidade social desenvolvidas por entidades que possuam iniciativas que contribuam para a defesa, saúde e melhoria da qualidade de vida dos animais no Estado de Alagoas.

A ideia de criação do selo gira em torno de uma homenagem e disponibilização de reconhecimento público às entidades sérias e transparentes que possuam ações destacadas, no âmbito do Estado de Alagoas, na promoção da defesa e proteção dos animais contra maus-tratos, assim como para aquelas que investem na disponibilização de saúde e alimentação para os animais necessitados.

Atualmente, em virtude do quase abandono estatal das políticas para defesa e proteção dos animais, é muito comum a movimentação da sociedade civil em torno da temática. Mais que isso, é nítida a proliferação de entidades privadas, sem fins lucrativos, que atuam na defesa da causa animal, propagando suas ações e pleiteando doações para a continuidade de seus trabalhos.

Diante disso, percebe-se que há um cenário em que não há qualquer reconhecimento oficial dessas entidades como atuantes na causa animal, seja no tocante à existência de um cadastro das entidades regulares ou mesmo em relação a alguma forma de reconhecimento público do trabalho salutar realizado por entidades sérias e transparentes.

Com isso, a falta de cadastro ou mesmo fiscalização criou um cenário perfeito para a realização de fraudes, que fica mais potencializado ainda nos tempos atuais de redes sociais. Como exemplo, cito a recente fraude desbaratada pela Polícia Civil de Alagoas, ocasião em que se descobriu a prática do crime de estelionato na arrecadação de recurso para a manutenção dos trabalhos de uma ONG localizada em Maceió-AL, que supostamente atuava na defesa e proteção dos animais.

Logo, nesse cenário de grande atuação da sociedade civil organizada nas causas ambientais, apresento a presente proposição como uma forma de conceder oficialidade às entidades que atuam na defesa dos animais, disponibilizando um selo oficial meritório para aquelas entidades que demonstrem trabalhar com seriedade e transparência no cotidiano de proteção dos animais.

O interesse em possuir o “Selo de Entidade Protetora dos Animais” e o cadastro advindo da participação no programa do selo não são obrigatórios, buscando apenas a adesão voluntária daquelas entidades que possuírem interesse em ostentar o selo oficial oferecido pela Comissão de Meio Ambiente e Proteção dos Animais. A escolha das entidades será feita de forma meritória após apresentação da documentação exigida, que será analisada pelos membros da Comissão de Meio Ambiente e Proteção dos Animais da ALE.

No nosso entendimento sobre a constitucionalidade, a Assembleia Legislativa de Alagoas possui competência para atuar sobre a temática da proteção dos animais, uma vez que o Estado de Alagoas possui competência concorrente para legislar a atuar na defesa do meio ambiente, o que legitima a atuação da Comissão do Meio Ambiente e Proteção dos Animais na defesa da causa animal, conforme se infere do art. 24, VI e VIII da Constituição Federal do Brasil, assim como se observa do art. 217, VI e VII da Constituição do Estado de Alagoas. Vejamos:

